

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 24 de novembro de 2000

Ano 2 Nº 42

CPI da Sonegação define roteiro de trabalho



(foto Giancarlo Borroluzzi)

Deputados discutem cronograma dos trabalhos

Sob a presidência da deputada Ideli Salvatti (PT), a CPI que investiga possíveis crimes de sonegação fiscal em Santa Catarina esteve reunida nesta terça-feira (21) para definir o roteiro de trabalho para os próximos 90 dias.

Já na próxima segunda-feira, a partir das

16 horas, prestarão depoimentos o atual presidente do Conselho Estadual de Contribuintes (CEC), Cidemar Dutra, e seu antecessor, José Aleixo Dallagnelo. Na quinta-feira (30) terão início diligências em Blumenau.

Segundo o relator da CPI, deputado

Ronaldo Benedet (PMDB), foram estabelecidos dez pontos determinantes para definir o rumo das investigações, entre eles as denúncias referentes a sete empresas do Vale do Itajaí, envolvendo um total de 56 milhões de reais, e a análise da atuação do Conselho de Contribuintes nos julgamentos que perdoaram multas de 27 milhões de reais do Grupo Makenji.

Outros pontos destacados pelo deputado são: levantamento dos setores econômicos com os maiores índices de sonegação, identificação de empresas de um mesmo setor que sonegam tributos, apuração de esquemas de proteção ou perseguição de empresas dentro da estrutura administrativa, investigação de metodologia de trabalho adotada pelo setor de fiscalização, análise de normas tributárias que se sobrepõem, levantamento das empresas inscritas no Refis (Programa de Recuperação Fiscal) e investigação de sonegação nos bingos.

Assessoria - Para prestar assessoria à CPI, serão convidados representantes da OAB, do Ministério Público, das Federações das Indústrias, das Câmaras de Dirigentes Lojistas, dos Trabalhadores na Agricultura, dos Transportadores de Cargas, do Sindicato dos Fiscais da Fazenda e do Conselho Regional de Contabilidade.

O relator apresentou lista de futuros depoentes, entre os quais o presidente e todos os integrantes do CEC, os gerentes regionais da Fazenda e os representantes das empresas envolvidas em denúncias. Também serão ouvidos os secretários da Fazenda do Estado e do município de Florianópolis.

Instalada a CPI da Cohab

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai investigar o destino da carteira de recursos da Companhia de Habitação de Santa Catarina (Cohab), que foi transferida para a Caixa Econômica Federal, foi instalada oficialmente no dia 22 próximo passado, ocasião em que foram eleitos os deputados Sandro Tarzan (PTB) para presidente e Afonso Spaniol (PPB) para relator. Os demais membros são os deputados Olices Santini (PPB), Nilson Gonçalves (PFL), Gelson Sorgato (PMDB), Ivo Konell

(PMDB) e Volnei Morastoni (PT).

Nova reunião da CPI ficou marcada para o dia 28, para aprovação do cronograma das atividades a serem desenvolvidas nos próximos três meses. O atual presidente da empresa, Orlando Batistotti, deve ser um dos primeiros convocados para depor.

Faltam ainda serem instaladas as CPIs para investigar recursos da Invesc e os motivos que levaram a administração anterior a atrasar o pagamento do funcionalismo. Ambas devem ser instaladas na próxima semana.

**Redução de jornada
de trabalho na
Justiça**

Página 6

OPINIÃO

Segurança, um debate urgente



As violentas ocorrências policiais que vêm se registrando com alarmante rotina em Santa Catarina, até então um estado que era modelo de segurança no País, merecem profunda reflexão de todos nós e foram motivo de termos pedido a realização de uma sessão especial desta Casa para tratar do tema – proposta esta acolhida no dia 21 próximo passado. Mais do que nunca, precisamos colocar na mesa a questão da segurança e, de forma despojada, buscar as razões dessa calamidade. E, na medida do possível, encaminhar sugestões para tentar mudar este quadro.

Antes de apelarmos para soluções simplórias ou demagógicas, temos que buscar as raízes do mal. Depois, de forma responsável, adotar providências urgentes.

Desde que se instalou nos países ditos emergentes a idéia fixa da modernidade a qualquer preço e da adesão à globalização, o Brasil vem enveredando por caminhos equivocados. Exemplo disso é a política do Governo Federal, que prioriza sempre o lado econômico, a busca de

ingresso no Primeiro Mundo, mas se esquece o lado social. O resultado aí está: o País tornou-se atraente para o capital estrangeiro, a economia vai razoavelmente bem, mas o povo vai mal. A distribuição de riquezas piorou, a desigualdade social ampliou seu fosso e é sintomático que os bandidos que hoje estampam as manchetes dos jornais sejam, na sua maioria, jovens dessa faixa dos abandonados à própria sorte.

Lógico que a situação é agora tão grave que, praticamente, não há mais tempo para se esperar que medidas a médio e longo prazo (essenciais para mudar esse horizonte) consolidem-se. Temos que tomar medidas práticas e urgentes, mas encarecendo sempre a necessidade de se mudar a mentalidade de nossas autoridades federais.

São essas possíveis soluções, ou encaminhamento de soluções, que pretendemos que sejam discutidas na sessão especial. Sabemos que os problemas envolvendo segurança não são simples, mas certamente podem ser atacados por um trabalho conjunto de todos os Poderes do Estado em parceria com a sociedade. É preciso que a nossa reação seja rápida, pois não queremos ver Santa Catarina refém de bandidos, como, infelizmente, já vem ocorrendo em grandes centros brasileiros.

Deputado Ivan Ranzolin (Líder doPPB)

O social e o político da Igreja Evangélica Quadrangular



A busca do bem-estar social da população, a preservação e o fortalecimento das instituições familiares, através do desenvolvimento de programas que atendam seus anseios, sempre pautaram a ordem de prioridades da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), a qual eu presido.

Preocupados em nos tornarmos mais fortes e atuantes, criamos o Serviço de Assistência Social da Igreja (Sasieq), que vem prestando exemplar atendimento aos carentes de nosso estado. As atividades desenvolvidas vão desde

atenção à saúde, alfabetização, preparação para o mercado de trabalho, apoio espiritual, prevenção e tratamento aos usuários de drogas. Este último, um dos grandes motivos de desagregação das famílias, que vêem seus filhos indo por caminhos muitas vezes sem retorno. A Igreja do Evangelho Quadrangular apóia muitas instituições que tratam desses dependentes químico, não somente provendo-as com recursos financeiros, mas com cuidados ao espírito, proporcionando carinho, compreensão e apoio, cuja falta os levaram às drogas ou bebidas.

Para complementar nossa atuação no campo social, coordenei uma ampla campanha nas últimas eleições municipais para nos tornarmos uma força política em benefício do social. Com o apoio da Igreja do Evangelho Quadrangular, elegeram-se no último pleito 16 vereadores de diferentes siglas partidárias em diversos municípios. Nosso

comprometimento sempre foi com a causa social, um dos setores mais sacrificados atualmente pelo poder público, e não com os partidos políticos, por isso a grande pluralidade apresentada entre os candidatos eleitos.

Destes vereadores, quatro foram eleitos em cidades que são referências regionais: Rubem Francisco Menon, (PPB), em Itajaí; Giovanni Gonçalves (PSDB), em Joinville; Osvaltiney Banhos Mendes (PFL), em Lages, e Alsari Balbinot (PMDB), em Chapecó.

Também conquistaram uma vaga ao legislativo municipal Nacet Tomaz de Souza (PFL), em Biguaçu; Edson João Moraes (PFL), em Capivari de Baixo; Vagner Tadeu Faria (PTB), em Itapoá; Ariovaldo Antônio da Costa (PL), em Matos Costa; Sebastião Oliveira (PFL), em Salto Veloso; Irma Terezinha Izoton (PMDB), em São Lourenço do Oeste; Alcídio Reis Pera (PMDB), em Navegantes; Ozair Ramos (PMDB), em Rio Negrinho; Jair Silvestre Martini (PDT), em Concórdia, João Dias de Godóis (PFL), em Passos Maia e Ademir Pasqualini (PMDB), em Passos Maia. Há ainda dez primeiros suplentes.

A orientação aos candidatos apoiados pela IEQ é que direcionem seus esforços de forma incondicional para aproximar as ações políticas das questões sociais. Temos que reunir todos os nossos esforços em prol da preservação da instituição familiar, alfabetização, saúde, recuperação e prevenção dos dependentes de drogas.

Deputado Narcizo Parisotto (PMDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
 imprensa@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Margareth Genovez
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

Sessão solene homenageia aniversário de Lages

A Assembléia realizou na noite desta quinta-feira (23), no Serrano Tênis Clube, uma sessão solene para homenagear a passagem dos 234 anos de emancipação política de Lages, requerida pelos deputados Ivan Ranzolin (PPB) e Sandro Tarzan (PTB).

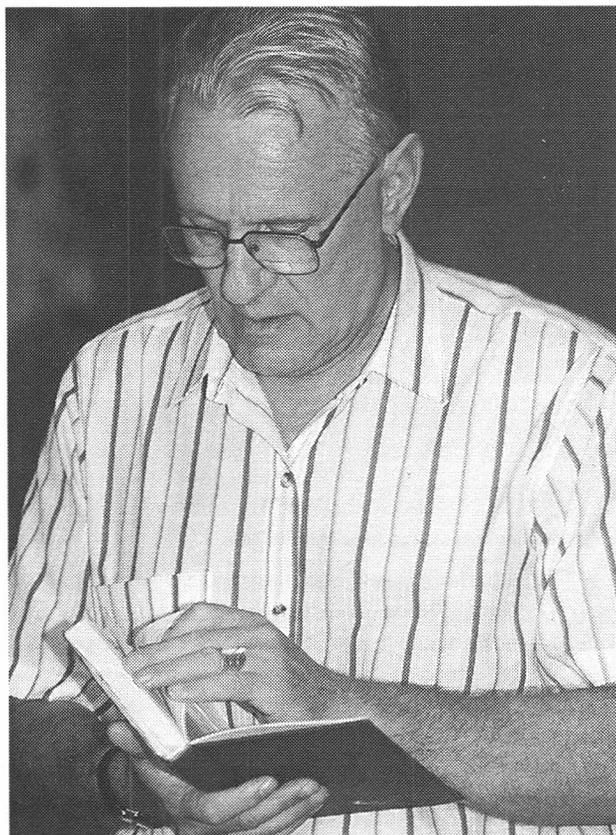
Na solenidade, por iniciativa de Tarzan, foi concedido o título de Cidadão Catarinense ao bispo Dom Oneres Marchiori, pelos relevantes serviços prestados à comunidade serrana e catarinense. Natural de Carazinho (RS), Dom Oneres chegou em Lages com 17 anos para estudar no Seminário Diocesano, onde concluiu o curso secundário. Voltou ao Rio Grande do Sul para fazer o curso de Filosofia e formou-se em Teologia em Roma, onde foi ordenado padre em 1960.

De volta ao Brasil, atuou em Lages como professor no Seminário Diocesano e no Colégio Santa Rosa de Lima, bem como Coordenador Diocesano de Pastoral. Desde 1987 é o bispo titular da Diocese de Lages, tendo atuado anteriormente na Diocese de Caçador.

Na oportunidade, também teve início às transmissões da TVAL naquele município, o sétimo do Estado a acompanhar pela TV a cabo os trabalhos dos parlamentares. No dia 7 de dezembro será a vez de Criciúma receber o sinal da emissora.

Comenda – Na mesma sessão, receberam a comenda Bandeirante Correia Pinto (fundador de Lages) os ex-deputados e ex-presidentes do Poder, Ivan Ranzolin, Juarez Furtado e Francisco Küster, além do atual presidente, Gilmar Knaesel (PPB), que em seu discurso de agradecimento enfatizou a importância de Lages como uma das cidades-pólo de Santa Catarina.

Exposição – Também aconteceu nas dependências do clube uma exposição com documentos relativos à história da cidade, provenientes do Centro de Memória da Assembléia, que tratam das reivindicações de estradas ligando a vila de Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages, ao litoral e Missões, RS (1836-1838), da invasão de Lages por revolucionários gaúchos (Guerra dos Farrapos) e da adesão dos



Dom Oneres

chamados insurgentes locais à causa (1838-1842). Uma coletânea destes documentos será entregue às autoridades municipais.

Destaque aos doadores voluntários de sangue

A realização de sessão solene em homenagem aos doadores voluntários de sangue na próxima segunda-feira (27), proposta pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), pretende estimular a propagação desse ato humanitário e a formação de grupos com esse propósito em todo o Estado.

Mantelli também é o autor da Lei nº 11.466, sancionada em 6 de junho deste ano, que amplia a possibilidade de homenagens prestadas pelo Legislativo a doadores de sangue e suas associações, bem como às instituições que colaboram com campanhas ou estimulam seus funcionários a praticar tal ação.

A sessão reunirá doadores de todo o Estado, com indicações feitas pelos hemocentros regionais ligados ao Hemosc, que este ano valoriza a participação da mulher.

Associação - Como indicação especial de Mantelli, será homenageada a Associação dos Doadores de Sangue da Região de Canoinhas (Adosarec), do Planalto Norte.

Serão destacados os chamados doadores fidelizados (assíduos), autoridades que se envolvem com campanhas, instituições, um veículo de comunicação e algumas empresas. “Canoinhas é exemplo, pois há grande envolvimento comunitário com a causa, a ponto de a cidade ser intitulada Capital Estadual dos Doadores de Sangue”, afirma Mantelli.

Como dado significativo, o município ostenta índice de 4% da população como doadores fidelizados, quando a OMS recomenda 2%, e o Brasil tem hoje apenas 0,8% da população como habitual doadora.

Rodovia Ralf Knaesel

Neste sábado (25), o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB) irá inaugurar a SC-416 que passa por Pomerode, Timbó e Rio dos Cedros. Em homenagem ao pai do presidente, que também foi deputado estadual, a estrada será denominada Rodovia Ralf Knaesel.

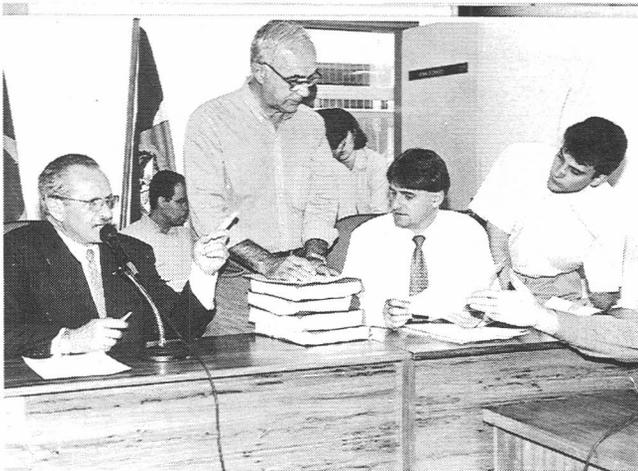
A inauguração acontecerá às 11 horas, no trevo Santo Antônio, em Rio dos Cedros. “Tenho certeza de que além de promover a integração da região, esta rodovia vai impulsionar o desenvolvimento local”, avaliou o deputado, que desde seu primeiro mandato vem lutando pela realização desta obra.

Com ostensiva sinalização, passagem específica para pedestres e ciclovias ao longo de seus 19 quilômetros, a Rodovia já é considerada a mais moderna, segura e melhor sinalizada de Santa Catarina, segundo o Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

COMISSÕES

CCJ aprova vale-alimentação para inativos

(foto Giancarlo Bortoluzzi)



Onofre acata emendas para aposentados

Os parlamentares que integram a Comissão de Justiça aprovaram nesta terça-feira (21), por unanimidade, emenda que estende aos servidores estaduais inativos a concessão mensal de auxílio-alimentação,

prevista em projeto governamental aos servidores públicos civis e militares da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, a partir de 1º de janeiro de 2001.

Entre os efetivos e ACTs (Admitidos em Caráter Temporário), devem receber o auxílio mais de 80 mil servidores, com custo anual para os cofres do Estado de aproximadamente R\$ 75 milhões. O servidor receberá o valor de R\$ 6 por dia trabalhado, o que corresponde a R\$ 132 por carga de 40 horas semanais. Os professores, por exemplo, que tiverem carga horária de 20 horas receberão

metade do valor – R\$ 61. O auxílio-alimentação não será concedido para quem frequentar curso de pós-graduação; tirar licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo; licença para tratar de interesses particulares e licença-prêmio e férias.

O presidente da Comissão e relator do projeto, deputado Onofre Agostini (PFL), acatou quatro emendas ao projeto: três referentes à extensão do benefício para os servidores inativos e uma que retira do projeto o termo “indenizatório”, substituindo-o por “remuneratório”.

Para a deputada Ideli Salvatti (PT), autora de uma das emendas, depois de seis anos de congelamento salarial, essa foi a forma encontrada pelo governo de conceder reajuste.

O encaminhamento agora é para as Comissões de Finanças e Trabalho, nas quais o projeto vai passar por algumas adequações antes de ser votado.

Representantes comerciais reclamam de excesso de multas

Sindicistas de Florianópolis, Blumenau, Joinville e Criciúma, assim como as autoridades ligadas ao trânsito no Estado, Detran, DER, Conselho Estadual de Trânsito, estiveram presentes na audiência pública realizada nesta segunda-feira (20), no Plenarinho, promovida pela Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), para debater o excesso de multas decorrentes da instalação de radares nas rodovias estaduais.

A audiência foi convocada em razão do descumprimento da Lei nº 11.375, de 18/4/2000, que dispõe sobre sinalização prévia dos radares, e da tramitação na Assembléia do Projeto de Lei nº 320/00, cujos autores são o próprio Mantelli e o presidente da Casa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), que deseja coibir esse abuso pregando a melhor visualização desses instrumentos controladores de velocidade, chamados popularmente de pardais.

Mantelli frisou que há um clamor em todo o Estado contra a “indústria das multas”, destacando que a sinalização precária confunde os motoristas. Knaesel disse esperar uma solução definitiva para



Deputados analisam indústria das multas

o problema, pois os radares devem servir de segurança e não somente de instrumento para arrecadar recursos.

O diretor do DER, Edgar Roman, informou que a Procuradoria-Geral do Estado entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Su-

premo Tribunal Federal, ainda não julgada, argumentando que só a União ou o Executivo Estadual podem legislar sobre o trânsito.

Ao final de três horas de discussão, as autoridades públicas prometeram apresentar sugestões para aprimorar o projeto.

COMISSÕES

Controle de qualidade do leite catarinense

A Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), reunida nesta terça-feira (21), decidiu pelo encaminhamento de indicação ao Governador do Estado solicitando apoio ao projeto, apresentado pela Udesc, que trata da sanidade do rebanho bovino catarinense.

O estudo, apresentado em audiência pública realizada recentemente na Expolages, analisa a viabilidade para a implantação de um laboratório de controle da qualidade de leite produzido no Estado.

Segundo Sopelsa, este

projeto poderá ser implantado em parceria com as agroindústrias do setor, com as universidades e com o governo através da Secretaria da Agricultura. Independentemente do local em que for implantado o laboratório, o controle refletirá positivamente na economia catarinense, a partir do reconhecimento da qualidade do produto. "Com certeza a iniciativa trará benefícios ao produtor, que participará do processo com a garantia de conseguir competitividade do produto frente ao Mercosul e outras unidades produtoras do país", afirma Sopelsa.



Comissão de Agricultura

(foto Giancarlo Borroluzzi)

Audiência para tratar de medicamentos genéricos

O deputado Herneus de Nadal (PMDB), membro da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, requereu a realização de audiência pública no próximo dia 29 para tratar sobre medicamentos genéricos. A intenção do parlamentar é buscar caminhos para facilitar o acesso da



Deputado Herneus de Nadal

população a estes medicamentos essenciais e sensibilizar os profissionais da área da saúde para a necessidade de prescrever remédios compatíveis com a renda das famílias de baixo poder aquisitivo. Deverão, ainda, ser discutidas formas para a publicação e divulgação de uma cartilha dos medicamentos genéricos aprovados pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de manter a população infor-

mada sobre tais produtos.

Segundo Nadal, os profissionais da área também irão discutir proposta para ser enviada à 11ª Conferência Nacional de Saúde, a ser realizada em Brasília no início de dezembro, na qual será debatida a política de saúde para o Brasil. A audiência ainda vai discutir propostas para a realização de pesquisa nos estabelecimentos farmacêuticos para levantar o nível de

informações, conhecimento, aceitação e disponibilidade dos medicamentos genéricos nas prateleiras, sugerir campanha publicitária para divulgar os medicamentos genéricos nacional e esta-

dualmente e deflagrar ações fiscalizadoras, acionando a Vigilância Sanitária estadual e municipal, o Procon e o Ministério Público para acompanharem o cumprimento da legislação sobre genéricos.

(foto Jonas Lemos Campos)

Mudança no Regimento Interno da AL

Os parlamentares têm prazo de 10 dias para apresentar propostas de alteração do Regimento Interno da Casa, as quais serão analisadas por uma comissão especial, composta pelos deputados Jaime Mantelli (PDT), Heitor Sché (PFL) e Lício Mauro da Silveira (PPB). A perda de vaga na Mesa Diretora para o parlamentar que mudar de partido, o retorno das sessões plenárias às segundas-feiras e a transferência das sessões das quintas-feiras à tarde para o período matutino são as principais modificações que vão

nortear o trabalho da comissão, escolhida em Plenário.

Quanto à perda da vaga na Mesa Diretora para quem trocar de sigla partidária, o Presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), informou que a primeira reunião para tratar do assunto será realizada na próxima segunda-feira (27). Reiterou, também, que a experiência de audiências públicas e sessões solenes às segundas-feiras será revista, voltando-se ao cronograma anterior, com as sessões em Plenário no período da tarde.

PLENÁRIO

Despachantes de trânsito

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) fez indicação ao governador do Estado solicitando estudos para permitir que os despachantes de trânsito emitam documentos relacionados a veículos nas suas próprias dependências. Mendonça entende que é necessário agilizar o atendimento aos usuários dos serviços públicos e que, neste caso, a descentralização das atividades poderia auxiliar sobremaneira na diminuição dos gastos estatais. Por outro lado, garante que a maioria dos escritórios dos despachantes tem estrutura capaz de receber novas atribuições, necessitando apenas de pequenas adaptações. “Essa condição poderá resultar na disponibilização dos serviços dos despachantes também para atender

interesses estatais,” disse.

Rodovia - É também de Mendonça a indicação ao Secretário dos Transportes e Obras pedindo a recuperação da rodovia SC-412, num trecho de 6,5 quilômetros, única via de acesso de Porto Belo a Bombinhas e praias adjacentes, que se encontra em péssimo estado de conservação. A precariedade do acesso está acarretando inúmeros prejuízos econômicos e sociais àquelas comunidades, já que se trata de um eixo viário relevante para o incremento do desenvolvimento do turismo local. “A recuperação daquela estrada tem que ser feita rapidamente, sob pena de serem prejudicadas as atividades de veraneio, o que resultará na evasão de receitas para os municípios locais e para o próprio Estado”, alertou Mendonça.

TJ garante jornada de trabalho

Os parlamentares rejeitaram em plenário o veto total apostado pelo governador ao projeto de lei de procedência do Tribunal de Justiça e que reduziu de oito para seis horas o expediente diário, desde 1º de julho, para o pessoal da Secretaria do TJ e da Justiça de Primeiro Grau do Estado. As razões do veto foram a inconstitucionalidade, uma vez que o artigo 50 da Constituição Estadual diz que é de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre os servidores públicos do Estado e seu regime jurídico.

Resta agora ao governo o recurso de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), cuja decisão final sairá do próprio Judiciário.

Diretrizes orçamentárias - Rejeitado o veto parcial ao artigo 3º do Projeto de Lei nº 296/00, de procedência governamental, que modifica e acrescenta disposições na Lei nº 11.510, de 24 de julho de 2000, a qual dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2001. O artigo 3º, originário de emenda parlamentar, estabelece que “as obras ou prestações de serviços prioritizadas em audiências públicas regionais na forma de lei complementar terão prioridade na alocação de recursos.”

Devolução de taxas - Rejeitado também

o veto ao projeto de lei de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL) que estabelece a obrigatoriedade de devolução da taxa de inscrição em concurso público, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como das empresas públicas e autarquias do Estado, aos candidatos aprovados e não aproveitados. Na justificativa, a alegação é que os recursos são necessários ao custeio das despesas.

Mantidos - No entanto, os deputados mantiveram os vetos a três projetos, todos considerados inconstitucionais pelo Executivo: ao projeto de lei do deputado Ivan Ranzolin (PPB), que dispõe sobre a obrigatoriedade da sinalização vertical e horizontal nas rodovias estaduais ou sob responsabilidade do Estado ou de empresas privadas; ao projeto de lei do deputado Rogério Mendonça (PMDB), que dispõe sobre medidas de prevenção e proteção à saúde durante a estação fria no Estado de Santa Catarina; e, por último, ao projeto de lei de autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB), que autoriza o Poder Executivo a anistiar os produtores rurais do total das dívidas provenientes do Programa de Ação Emergencial para Auto-Suficiência do Milho e Incremento da Produção e Produtividade do Feijão no Estado de Santa Catarina.

O real no Mercosul

O deputado João Rosa (PTB) fez indicação ao governador do Estado sugerindo a realização de tratativas no sentido de ser viabilizada a aceitação da moeda nacional no território dos países integrantes do Mercosul. Segundo ele, “a aceitação do real pelos países que integram o Mercosul, além de facilitar a vida dos turistas brasileiros que os visitam, representará o reconhecimento de uma moeda hoje representativa de uma economia estabilizada”. O parlamentar entende que o assunto poderá ser discutido na reunião do Mercosul, que será realizada em breve.

Posto policial em Meia Praia

Preocupado com a segurança pública no bairro de Meia Praia, em Itapema, o deputado Jorginho Mello (PSDB) enviou expediente ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Walmor Backes, solicitando a instalação de um posto policial naquele bairro. Segundo o deputado, “são muitas as ocorrências policiais e, com a aproximação da temporada de verão, os moradores estão cobrando providências neste sentido. Precisamos garantir que a população tenha um pouco mais de tranquilidade, contemplando-a com uma vida um pouco mais segura”, justificou o deputado.

Leite materno

Aprovado projeto de lei, de origem governamental, que dispõe sobre estímulos às mães domiciliadas no Estado que venham a doar leite materno. Estes estímulos serão concedidos às mães pelo período de dois anos, contados da data de alcance dos requisitos necessários ao benefício.

As pessoas enquadradas na lei terão prioridade no atendimento quando nas consultas médicas e odontológicas em âmbito estadual nas unidades sanitárias, ambulatoriais ou hospitalares; nos exames médicos laboratoriais complementares perante as unidades vinculadas ao Estado; em programas assistenciais de saúde promovidos pelo Estado e na realização de concursos públicos, mediante a isenção do pagamento de taxa de inscrição.

Crédito para maçã

A manutenção do crédito presumido para a produção de maçã no Estado está sendo solicitada pelo deputado Sandro Tarzan (PTB) ao secretário da Fazenda. Lembrou que o programa vence em 31/12/00 e que é preciso renová-lo, já que se trata de benefício de grande importância

para os produtores do setor, que passam por sérios problemas, desde a produção até a comercialização da maçã. "A maçã é a única fruta tributada e deve ter atenção especial do governo, pois é um segmento importante para a economia catarinense, gerando emprego e renda", afirmou.

Debate sobre turismo

Os deputados Ivan Ranzolin (PPB), Lício Mauro da Silveira (PPB), Jaime Mantelli (PDT) e Moacir Sopelsa (PMDB) estão requerendo a realização de uma sessão especial no dia 4 de dezembro, às 16 horas, tendo como convidado

especial o embaixador do Brasil em Londres, Sérgio Amaral. Na oportunidade, será realizado um debate sobre o desenvolvimento e aprimoramento do turismo e da indústria catarinense, através da integração Brasil/Reino Unido/Mercosul.

Fatma

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) fez indicação ao governador do Estado sugerindo a adoção de plano de expansão da força de trabalho da Fatma. Sorgato lembra que apesar de sua atual composição funcional ser altamente qualificada, a Fatma não tem conseguido atender todos os municípios catari-

nenses em relação à proteção do meio ambiente.

Entende que "é premente a edição de plano administrativo no sentido de incrementar o quadro de pessoal da Fatma, para que seja repassado de maneira mais efetiva o legado técnico e as suas relevantes atribuições ao atendimento dos interesses públicos", ressaltou.

Embalagens e cigarros

Medidas para inibir a comercialização e o consumo de doces em embalagens semelhantes às de cigarros foi requerida pelo deputado João Rosa (PTB) à bancada catarinense no Congresso Nacional. Justifica que a existência desses produtos no mercado, especialmente chocolates, acabam induzindo nas crianças o hábito de fumar. "Essas guloseimas já foram proibidas em vários países e é preciso que o Governo Federal tome providências no sentido de inibir a sua comercialização, como medida preventiva de proteção à saúde" explicou.

Energia subsidiada

O deputado Jaime Mantelli (PDT) sugeriu aos presidentes da Aneel e da Celesc a realização de estudos para viabilizar a implantação de programa de fornecimento de energia elétrica subsidiada às empresas que atuam na reciclagem de lixo. Diz que é preciso considerar o percentual elevado que tal insumo representa nos custos daquelas empresas e a função ecológica desempenhada por elas, de importância crescente em face da limitação dos recursos naturais, e os atenuantes que essa atividade representa em relação ao processo de degradação ambiental.

Proposições

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador do Estado, solicitando que o Poder Executivo custeie os valores das mensalidades cobradas dos professores participantes do programa de extensão da Udesc.

Deputado João Rosa (PTB) à Delegacia da Receita Federal em Santa Catarina, para que crie uma estrutura administrativa na Capital e em outros municípios do Estado visitados por turistas que se deslocam de navio, para averiguação das formalidades alfandegárias.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB), requerendo a realização de sessão solene em comemoração ao 40º aniversário de criação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao governador do Estado, indagando sobre a situação da reforma do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) à secretária da Educação sugerindo que sejam realizados jogos escolares regionais, subdivididos pelas Coordenadorias Regionais de Educação, com a participação inclusive da rede municipal de ensino, objetivando difundir a prática desportiva nas escolas.

Deputado Reno Caramori (PPB) ao secretário da Agricultura solicitando medidas para assegurar a participação de técnicos ligados às empresas produtoras de maçãs nas discussões e elaboração do projeto de lei que visa eliminar gradativamente o uso de agrotóxicos em território catarinense.

Deputado João Rosa (PTB) ao governador do Estado sugerindo providências para que a sobra dos produtos não comercializados pela Ceasa e que normalmente são descartados, seja distribuída para a população carente.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao presidente da Telesc, solicitando a reativação do posto telefônico no Distrito de Passo, em Taió.

Deputada Ideli Salvatti (PT) fez pedido de informação ao governador do Estado indagando sobre a legislação que regulamenta a cobrança de mensalidades dos alunos que participam do curso a distância da Udesc.

Deputado Paulo Bornhausen (PFL), requerendo a realização de uma sessão solene no dia 4 de dezembro, às 19 horas, em homenagem ao Dia Internacional do Voluntariado.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao secretário dos Transportes e Obras, solicitando a execução de terraplenagem, pavimentação e obras complementares na SC-407, trecho compreendido entre os municípios de Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao presidente da Telesc, solicitando a instalação de telefones para os moradores de Penha que se encontram inscritos no programa de expansão daquela empresa.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao superintendente do DNER/SC, solicitando a colocação de iluminação pública sob os viadutos das Ruas Cerro Azul (km - 43,5) e Parati (km - 45,2) da BR- 101, em Joinville

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao presidente da Telesc Brasil Telecom, pedindo providências no sentido de expandir as redes de telefonia convencional em São Lourenço do Oeste e Cunha Porã.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) ao diretor do DNER/SC, solicitando que seja feita a sinalização da BR-282, que se encontra em situação precária, notadamente no trecho Bom Retiro/Águas Mornas.

Deputado João Rosa (PTB) ao secretário da Agricultura, solicitando medidas para a construção de câmaras frias em várias regiões do Estado, destinadas à conservação e estocagem de produtos oriundos da atividade produtiva catarinense.

GERAL

Odete de Jesus troca de partido



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Aceitando convite do bispo Carlos Rodrigues, deputado federal pelo Rio de Janeiro e vice-líder nacional do Partido Liberal, a deputada Odete de Jesus anunciou nesta quinta-feira (23) a sua saída do PPB para assumir a presidência estadual do PL, ressaltando que a mudança não significa uma ruptura com o Executivo, que continua aliada dos pepebistas. Odete frisou que vai avaliar a situação do partido no Estado, reestruturando-o após entrar em contato com as lideranças nacionais. “O desafio é aumentar o espaço da mulher na política de Santa Catarina, seguindo o exemplo da prefeita Ângela Amin, que colocou Florianópolis no cenário político do país em virtude da qualidade de vida de sua gente”, destacou a parlamentar.

Rute Gebler recebe título de Cidadã Catarinense

(foto Solon Soares)



Homenageada

Tendo como fundo musical a canção “Sul da Montanha”, executada pelo grupo Vozes da Primavera, do espetáculo com o mesmo nome, a Assembléia realizou, às 19 horas desta segunda-feira (20), sessão solene para outorgar o título de Cidadã Catarinense à maestrina Rute Ferreira Gebler. Requerida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), que destacou em seu pronunciamento as atividades musicais da maestrina, a solenidade contou com a presença do governador Esperidião Amin.

Rute Gebler é natural de Pelotas (RS) e está radicada em Florianópolis há mais de 30 anos, tendo cursado o Conservatório da Universidade de Música em seu município natal, além da Escola de Canto “Inah Emil Martensen”. Entre os concursos de que participou destacam-se o Internacional de Canto do Rio de Janeiro e o do Sesquicentenário de Pelotas.

Entre 1972 e 1982 a maestrina foi regente titular da Associação Coral de Florianópolis, e em 1987, do coral do Colégio Coração de Jesus. Apresentou-se em diversos estados brasileiros e países, como Argentina, Alemanha, Uruguai e Estados Unidos. Atuou, ainda, como professora de Canto e Técnica Vocal no Centro de Artes da Udesc – Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Cidadã Honorária de Florianópolis desde 1985, Rute Gebler foi agraciada com vários títulos, entre eles o Prêmio McCall Life Patten, do Clube Soroptimista. Desde agosto de 1991 dirige e coordena o grupo de cantores que originou o Estúdio Vozes e o espetáculo “Vozes da Primavera”, encenado anualmente.

A maestrina afirmou estar emocionada com essa homenagem da Assembléia Legislativa, reiterando que sua vida se resume em “cantar e fazer uma boa música”. Recordou os primeiros tempos em Santa Catarina, quando passou por Blumenau e outras cidades, antes de se radicar na Capital do Estado.

Encerrando a solenidade, o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), disse que Rute Gebler transcende nossas fronteiras, tem talento reconhecido nacionalmente e exprime sua arte em nome de Santa Catarina, terra que escolheu para viver. “Assim, nada mais justo que os representantes de todos os catarinenses lhe concedam esse título de cidadania”, concluiu.

Agenda

Dia 27, às 13:30 h – Audiência pública com representantes das Polícias Civil e Militar do Estado para debater os problemas enfrentados na área da segurança pública.

Local: Plenário

Dia 27, às 16 h – Sessão solene em homenagem aos doadores espontâneos de sangue.

Local: Plenário

Dia 27, às 16 h - Dirigentes do Conselho Estadual de Contribuintes depõem na CPI da Sonegação Fiscal.

Local: Plenarinho

Dia 28, às 11 h – Reunião da CPI da Sonegação Fiscal.

Local: Sala das Comissões

Dia 29, às 9 h – Audiência pública sobre medicamentos genéricos.

Local: Plenarinho

Dia 30, às 19 h – Abertura do 1º Seminário de Soluções Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável, organizado pela Fundação para o Desenvolvimento Econômico e Social do Sul - Fundesul.

Local: Plenário

Dia 1º às 8:30 h – Continuação do Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável.

Local: Plenário